

**Gepatria de Maringá recomenda uso de correio eletrônico como expediente oficial de comunicação a prefeituras de 68 municípios da região**

**Patrimônio Público**

Postado em: 20/03/2018

O núcleo de Maringá do Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria), do Ministério Público do Paraná, expediu nesta segunda-feira, 19 de março, recomendação administrativa a 68 Municípios da região Norte Central do estado para que passem a adotar o correio eletrônico (e-mail) como ferramenta oficial de comunicação. No documento, o Gepatria destaca que a medida está amparada em princípios constitucionais ligados à administração pública, como a eficiência e a economicidade. Além de recomendar que as prefeituras e câmaras municipais passem a utilizar o correio eletrônico em substituição a correspondências em papel - em razão da economia de recursos financeiros, tempo e da possibilidade de armazenamento de informações -, o MPPR propõe que sejam adotados endereços oficiais para a troca de informações públicas (e não e-mails particulares) e que a nomenclatura dos endereços siga um padrão, como @pref.pr.gov.br e @camara.pr.gov.br. Também foi proposto aos Municípios, entre outras medidas, que insiram nas caixas de entrada a opção de confirmação de recebimento de mensagens e normatizem, através de portaria, um "termo de referência"; disciplinando administrativamente o modo interno de se proceder no uso do "correio eletrônico". O Gepatria sustenta na recomendação que, "além de facilitar, agilizar e dinamizar o processo de troca de ideias, arquivos, informações, ordens, orientações, requisições, reclamações, entre outros, o correio eletrônico possibilita também considerável diminuição de custos e tempo na troca de informações e tramitação dos procedimentos ou pautas administrativas; acalenta também a organização e eficácia das comunicações públicas." Prazo - Foi proposto prazo de 30 dias para que atendam à recomendação, ajustando o sistema de comunicação eletrônica. Não havendo retorno, conforme destaca o documento, "entenderá o Ministério Público que houve recusa ou discordância do ente em relação a esta Recomendação, o que resultará na reflexão do Ministério Público quanto a eventuais providências no aspecto cível e afeto aos princípios da administração pública (especialmente eficiência e economicidade) na perspectiva do manejo de ação ordinária de obrigação de fazer cumulada ou não com eventual responsabilidade por ato de improbidade administrativa." O Gepatria foi criado no MPPR no final de 2015 com onze unidades no Paraná. O núcleo de Maringá foi reestruturado em novembro de 2017 e atua sobre 68 municípios da região, em conjunto com os promotores de Justiça de 20 comarcas, agindo preferencialmente com viés cível na repressão à improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e contra organizações criminosas, atuando também de forma preventiva, com expedição de Recomendações Administrativas em diversos temas de interesse público. Informações para a imprensa: Assessoria de Comunicação Ministério Público do Paraná (41) 3250-4469